

AS ÁGUAS PÚBLICAS NA BACIA DO AVE

Uma perspectiva do ordenamento do território no início do século XX

Francisco S. COSTA

Assistente, Universidade do Minho, Campus de Azurém, 4810 Guimarães, +351.253.510560, francisco@geografia.uminho.pt

Resumo: Os pedidos de licenciamentos nas águas públicas do Rio Ave, no início do século XX, mostram uma multiplicidade de usos e utilizações, ligados a factos, situações e problemáticas de grande interesse: - a construção, principalmente, de muros, ramadas, açudes, moinhos, e pontes; - os pedidos de reconstrução, reparação, substituição e ampliação; - o encanamento, o desvio e a cobertura de correntes de água; - a colocação de engenhos de serração de madeira, engenhos de linho e de cobertura de moinhos de verão; - a mergulhia, a maceração e a trituração do linho; - a utilização recreativa das águas, o registo de barcos de recreio e das barracas de praia; - a limpeza e desobstrução do leito das linhas de água; - os aproveitamentos hidráulicos e hidroeléctricos; - a utilização da água para a rega e a lima dos campos marginais ou não; - o corte de árvores; - o repovoamento dos rios...

Também à 1ª Direcção dos Serviços Fluviais e Marítimos, davam entrada autos relacionados com as transgressões hidráulicas e aquícolas, que retractavam diferentes tipos de infracções. Reclamações, queixas e pedidos de informação, quer por parte de particulares, quer por parte de entidades públicas, eram também habituais.

Esta comunicação pretende dar a conhecer algumas “histórias” ligadas ao ordenamento das águas públicas do Rio Ave, a partir de registos da 2ª Secção da 1ª Direcção dos Serviços Fluviais e Marítimos, desde 1902 até à Lei das Águas de 1919.

Palavras-chave: Rio Ave, águas públicas, Serviços Fluviais e Marítimos, licenciamento, usos.